




GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Despacho 	Protocolo	PROJETO DE LEI Nº _____/2026.
Autor: PODER EXECUTIVO – MENSAGEM Nº 07/2026.		

PROJETO DE LEI Nº _____ DE _____ DE 2026.

Autor: Poder Executivo

Dispõe sobre a concessão da revisão geral de subsídios dos servidores públicos efetivos, comissionados e contratados, civis e militares, ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso para o ano de 2026, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a concessão da revisão geral de subsídios dos servidores públicos efetivos, comissionados e contratados, civis e militares, ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso para o ano de 2026.

Parágrafo único O percentual de revisão geral de subsídios fixado por esta Lei será extensivo, no que couber, aos servidores públicos civis, efetivos, comissionados e contratados, ativos, inativos e pensionistas dos demais Poderes e órgãos independentes do Estado de Mato Grosso para o ano de 2026.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Art. 2º O percentual de revisão geral anual para o ano de 2026, fica fixado em 5,40% (cinco inteiros e quarenta centésimos por cento).

Art. 3º A implantação da revisão geral de subsídios na folha de pagamento será calculada com base no subsídio vigente no mês de dezembro de 2025.

Art. 4º A concessão da revisão geral anual prevista nesta Lei está condicionada ao cumprimento das demais disposições normativas em vigor.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá/MT, 21 de janeiro de 2026, 205º da Independência e 138º da República.

MAURO MENDES
Governador do Estado



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

MENSAGEM Nº 07, DE 21 DE JANEIRO DE 2026.

**Excelentíssimo Senhor Presidente,
Excelentíssimos Senhores e Senhora Parlamentares,**

No exercício da competência estabelecida no artigo 39, parágrafo único, inciso II, alínea b, da Constituição do Estado de Mato Grosso, tenho a honra de me dirigir a Vossas Excelências para submeter à apreciação dessa Casa de Leis, o projeto de lei anexo que ***“dispõe sobre a concessão da revisão geral de subsídios dos servidores públicos efetivos, comissionados e contratados, civis e militares, ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso para o ano de 2026, e dá outras providências.”***

É de conhecimento comum que a revisão geral anual dos subsídios tem escopo a necessidade de ser preservado o poder aquisitivo dos valores fixados nas tabelas de remuneração e nos subsídios dos servidores públicos do Poder Executivo Estadual, em conformidade com o disposto no artigo 37, inciso X, da Constituição Federal.

Cumpre salientar que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar a ADI 3539/MT, firmou entendimento de que “a revisão geral anual, prevista no art. 37, X, da Constituição Federal, é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, conforme preceitua o art. 61, § 1º, II, ‘a’, da Constituição Federal”. Na mesma linha, posicionou-se o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, por meio da Resolução de Consulta nº 7/2020-TP e do Acórdão nº 539/2018-TP, proferido nos autos da Representação de Natureza Interna nº 18348-2/2018. Assim, cabe ao referido mandatário definir um mesmo índice e a mesma data-base para os servidores públicos de todos os Poderes e órgãos autônomos.

Assim, não obstante o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 624, no sentido da inexistência de dever constitucional de recomposição inflacionária anual da remuneração dos servidores públicos, a presente proposta busca exercer a autorização constitucional em favor dos servidores de todos os Poderes do Estado, assegurando a aplicação de revisão com base em um único percentual e uma única data-base, em consonância com o citado comando constitucional.

Para tanto, a implantação da revisão geral de subsídios na folha de pagamento será aplicada, excepcionalmente, a partir de janeiro de 2026, com o percentual de 5,40% (cinco inteiros e quarenta centésimos por cento).



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Nesse contexto, o Governo do Estado de Mato Grosso reafirma seu compromisso com a valorização dos servidores públicos, sem descuidar, contudo, da necessária observância à capacidade orçamentária e financeira do Poder Executivo Estadual e ao cumprimento dos ditames legais, em especial da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) e da Lei Complementar Estadual nº 614/2019.

Essas são as razões que me conduzem a submeter o presente projeto de lei à apreciação desta Casa Legislativa, contando, como de costume, com a colaboração de Vossas Excelências para sua célere aprovação.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 21 de janeiro de 2026.


MAURO MENDES
Governador do Estado



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

OFÍCIO/GG/007/2026-SAD.

Cuiabá, 21 de janeiro de 2026.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **MAX RUSSI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
Edifício Governador “Dante Martins de Oliveira”
Nesta.

16	LIDO
Na Sessão de:	
Em	/ 20
1º Secretário	

Senhor Presidente,

Submeto à qualificada apreciação dessa Augusta Assembleia Legislativa a **MENSAGEM Nº 07/2026**, acompanhada do respectivo Projeto de Lei Complementar que *“dispõe sobre a concessão da revisão geral de subsídios dos servidores públicos efetivos, comissionados e contratados, civis e militares, ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso para o ano de 2026, e dá outras providências.”*

Atenciosamente,

MAURO MENDES
Governador do Estado